

## AUDIÇÃO NA COMISSÃO DE AGRICULTURA E MAR NO ÂMBITO DA RESOLUÇÃO DA AR Nº87/2014 "APROFUNDAR A PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS, DAS FAMÍLIAS E PROMOVER A NATALIDADE", 13 de janeiro 2015

A **Associação Estrela do Mar – Rede Portuguesa de Mulheres da Pesca** formalizou-se em setembro de 2014, mas existe como rede informal há mais tempo, tendo já dinamizado diversos encontros entre mulheres do setor em Portugal, de norte a sul, e de todas as atividades associadas à pesca, com a identificação de problemas e partilha de experiências de vida, bem como noutros países, tendo também trabalhado em conjunto com a AKTEA – Rede Europeia de Mulheres da Pesca e Aquacultura (sede em França). Ainda como rede informal passou a integrar os órgãos sociais desta Associação, com uma pescadora da Azenha do Mar, Estrela Duarte, como tesoureira da Direção.

Ao contrário do que ocorria noutros países, onde existiam já organizações constituídas e intervenientes, em Portugal a criação desta rede levou à identificação das comunidades onde o trabalho feminino tinha maior incidência e das profissões que exerciam, das suas condições de trabalho e de proteção social, dos seus problemas e das suas aspirações. Gestoras, redeiras, pescadoras, mariscadoras, vendedeiras, criaram uma rede, que se foi alargando, desenvolvendo e fortalecendo, num processo de organização progressivo.

As mulheres têm por certo que, não querendo trabalhar apenas PARA as mulheres da pesca, mas sim AO LADO DE TODO O SECTOR, têm algo de novo a dar - a sua experiência e o exemplo de partilha, de envolvimento, de responsabilidade e de coragem em todos os domínios da vida social.

A associação junta hoje cerca de cinquenta mulheres pescadoras-embarcadas (ex. Sines, Carrasqueira, Culatra); redeiras (arte do cerco em Peniche) ou mulheres que trabalham nos armazéns nos aparelhos de anzol (Alvor); são mariscadoras, a pé e com o apoio de embarcações (Rias de Aveiro e Formosa); são gestoras, com responsabilidades administrativas (tratar da contabilidade, contato com as associações, lota e administração) preparação do trabalho a bordo (transporte das artes, tripulações, etc) (Póvoa/Vila do Conde/Caxinas) e também vendedeiras, vendem no mercado de 2ª venda em diversos pontos da costa. Mas são também mulheres ligadas às comunidades costeiras, profissionais das Associações do setor e de outras organizações relacionadas.

Os problemas e as dificuldades identificados pela Associação não foram em primeiro lugar e fundamentalmente problemas relacionados com a condição de serem mulheres (pescadoras) mas antes disso com a condição de serem trabalhadoras marítimas e de pertencerem a uma comunidade com características muito próprias, comunidades com que se identificam e que querem proteger e dar continuidade. Depois então, como mulheres, identificaram o que fazem e como fazem (ou aspiram fazer) para garantir o sustento das suas comunidades, das suas famílias. As questões de género são colocadas nesta perspetiva, sempre em relação com as comunidades onde estão inseridas e a pensar na sua sustentabilidade e futuro.

Os objetivos principais da Associação refletem bem estas preocupações: **Promover a valorização e reconhecimento do trabalho e contributo das mulheres** da área da fileira da pesca, atividades ligadas ao mar e ao espaço e cultura marítimo-fluvial; **Contribuir para a sustentabilidade económica, social e ambiental** da área da fileira da pesca, atividades ligadas ao mar e ao espaço e cultura marítimo-fluvial; **Contribuir para a adoção de uma atitude consciente** na exploração dos recursos e organização da

fileira da pesca, atividades ligadas ao mar e ao espaço e cultura marítimo-fluvial para viabilizar um futuro apelativo e promissor.

A Associação quer ocupar um espaço próprio no universo de cerca de uma centena de associações do setor que existem, já que tem a particularidade de não ser territorial nem setorial. É nacional e transversal, estando a criar-se núcleos regionais que dinamizam atividades locais ou refletem sobre questões específicas desta ou daquela atividade.

**Desta forma, o contributo que podemos dar para a definição de quaisquer apoios públicos para o setor, neste campo em particular, respeitante a estratégias de “políticas públicas para a promoção da natalidade, proteção das crianças e apoio às famílias”, e de medidas específicas para esta área, não pode estar desassociado do contexto mais global da atividade piscatória e das dificuldades que enfrentam as suas famílias e comunidades.**

A Associação identificou diversas questões de base que não dizem particularmente respeito à condição de se ser mulher mas que são reconhecidas um pouco por todos os agente do setor como fatores de risco que estão a por em causa a sua sustentabilidade, das famílias e das comunidades que vivem do mar:

- Desvalorização do pescado/do produto do mar e elevados custos de produção (a inexistência de apoio para a gasolina continua a ser um fator determinante)
- Fracos rendimentos dos pescadores,
- Falta de formação,
  - Fatores que conduzem a uma desvalorização da profissão, tornando-a pouco atrativa para os jovens.
- A legislação dispersa, a excessiva burocracia, o afastamento dos decisores políticos da realidade, a falta de diálogo, são outros dos pontos a assinalar.

**Pensar em futuro nestas comunidades não é possível sem olhar para estes aspetos.**

Para além destes fatores externos e políticos a atividade tem características muito próprias importantes a ter em conta em qualquer política pública de apoio:

- Trabalho rotineiro e fadiga, muitas horas no mar, durante as quais os tempos de descanso e de trabalho efetivo a bordo não podem nunca ser medidos como nas atividades em terra, já que os horários de trabalho fazem-se de acordo com as marés. Nos trabalhos em terra, nos armazéns das redes ou a remendar aparelhos, o trabalho não é tão flexível mas também está muito ligado aos horários do trabalho da faina.
- Os rendimentos não são fixos, o que também dificulta a organização da vida familiar.
- Depois há ainda a perigosidade desta atividade, fator que potencia ainda mais o afastamento.

Homens e Mulheres, famílias de marítimos, encontrarão com muito esforço o seu espaço familiar, privado, de partilha, e de descanso. Com filhos este esforço redobra-se e ainda mais com familiares idosos para cuidar, como tantas vezes acontece. (E onde fica depois o espaço para o exercício da cidadania e democracia, intervenção cívica, na comunidade, associações, coletividades? E o espaço para a (outras) aprendizagem?)

Tendo como ponto de partida esta realidade deveremos olhar para as políticas públicas que incidam sobretudo sobre os seguintes aspetos:

- Direitos laborais: em teoria os trabalhadores marítimos terão todos os direitos ainda consagrados aos trabalhadores, garantidos através dos descontos feitos pelo armador (entidade patronal) sobre a venda do pescado (10%): Doença

/Parentalidade/Desemprego/Doenças profissionais/ Invalidez / Velhice / Morte – contudo, o exercício destes direitos, e focamo-nos aqui no direito à **parentalidade** – está deveras dificultado pela realidade da organização do trabalho e dificuldades apontadas. Questão que se colocam de forma muito clara para os casais que trabalham juntos a bordo. Estas mulheres vêm também o seu direito à maternidade, à amamentação, bastante condicionado.

É preciso encontrar uma solução para estas mulheres que não devem ter que escolher entre continuar a trabalhar e amamentar. O exercício do direito do horário reduzido após a maternidade é também outro que se viverá com dificuldades.

Aqui falamos sobretudo em garantir que as características próprias da atividade não possam condicionar o acesso aos direitos consagrados para todos. Caberá ao Estado garantir que todos, independentemente das suas opções profissionais tenham acesso aos mesmos direitos.

- Falta de **apoio no pré-escolar** é outro desincentivo à constituição de família – os horários de trabalho nem sempre coincidem com os horários das escolas disponíveis e o recurso a amas privadas, muito recorrente, acarreta sempre um esforço financeiro complementar. As redes familiares de apoio nem sempre existem e com o aumento da idade ativa, esta solução está cada vez mais dificultada. Estruturas públicas, acessíveis, ou cooperativas, IPSS's que pudessem ser esta rede de apoio (ou complementá-la) são uma solução.
- Falta de **estruturas públicas de apoio aos idosos**.
- **Apoio às viúvas** – continuam a existir muitas famílias em que o rendimento obtido pela pesca é a única forma de sustento, e ainda mais sendo esta considerada a atividade profissional de maior risco, e especificamente durante o trabalho a bordo das embarcações, quando o homem morre a família perde a sua fonte de rendimentos. As mulheres passam a ser o garante de sustento da casa e necessitam naturalmente de apoio. Não falamos apenas de apoio financeiro, mas de apoio e encaminhamento social. Aqui o papel dos serviços de apoio das Juntas e Câmaras Municipais é muito importante, e poderá ser articulado também com as instituições sociais locais.
- Partindo do pressuposto de que a **melhoria das condições de trabalho** é um fator fundamental para tornar a atividade mais atrativa e mais sustentável, esta é uma variável que deve ser também tida em conta à luz das políticas setoriais de apoio melhorando-se as condições de habitabilidade das embarcações de pesca, mas também dos Portos de Pesca. No caso das mulheres identificam-se necessidades específicas relacionadas sobretudo com a higiene.
- Também as **questões da segurança** merecem toda a atenção devendo insistir-se em campanhas de sensibilização, trabalhadas localmente com as comunidades, tendo em conta a realidade concreta e as especificadas de cada arte e tipo de pesca.

**As políticas públicas de apoio apenas terão sucesso se implementadas numa lógica de proximidade e de conhecimento profundo das realidades sócio-económicas, culturais, onde se pretende intervir.**

***\*Representantes da Associação presentes na Audição:***

**Liliana Arsénio, Sines** – Presidente da Direção da Associação – pescadora (embarcada)

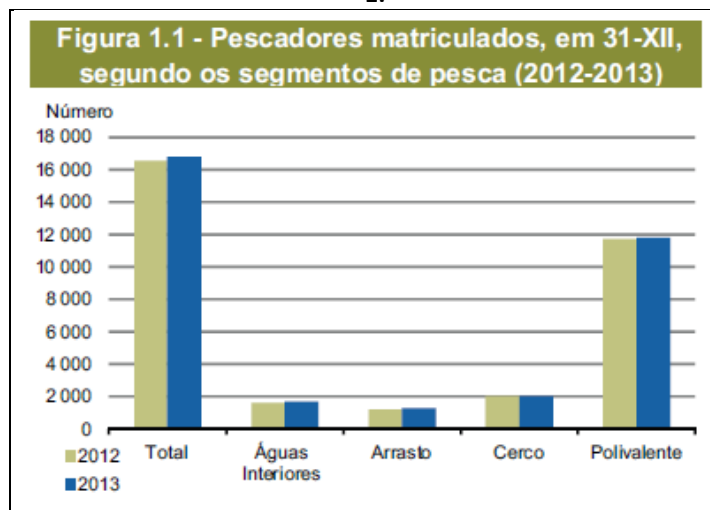
**Marta Pita, Lisboa** – sócia fundadora – técnica superior da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros – CRL, cooperativa de utentes de seguros, entidade de acolhimento da Associação e mandatada pela Associação para ações de representação e outras

**Maria Armandina Baião, Sines** – sócia fundadora – técnica da Associação de Armadores da Pesca Artesanal e do Cerco do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina

Alguns dados:

Fonte: INE Estatísticas de Pesca 2013 – não distingue número de mulheres e homens

1.



**Notas:** 16.797 pescadores TOTAL (+ 0,8%/90 inscritos do que 2012) // 70% na pesca polivalente

Cerco – único segmento que teve decréscimo

Arrasto – segmento com mais aumento – + 8,8%/106 inscritos

2.

**Quadro 1.6 - Vítimas de acidentes no trabalho e dias de incapacidade, segundo as causas, por NUTS II**

Portugal

Unidade: nº

NUTS II		Total			Faina da pesca		
		Mortos	Feridos	Dias de incapacidade	Mortos	Feridos	Dias de incapacidade
Portugal	2012	1	1 088	36 576	1	1 022	33 738
	2013	12	1 060	32 020	5	914	27 252
Continente	2012	1	1 013	33 641	1	955	31 107
	2013	11	975	28 758	5	843	24 482
Norte		4	548	15 580	4	449	12 196
Centro		6	173	4 517	1	155	4 072
Lisboa		1	127	4 311	0	119	4 044
Alentejo		0	16	1 008	0	15	998
Algarve		0	111	3 342	0	105	3 172
Açores	2012	0	54	1 821	0	50	1 684
	2013	1	51	2 140	0	37	1 648
Madeira	2012	0	21	1 114	0	17	947
	2013	0	34	1 122	0	34	1 122

NUTS II		Naufrágio			Outras causas		
		Mortos	Feridos	Dias de incapacidade	Mortos	Feridos	Dias de incapacidade
Portugal	2012	0	4	226	0	62	2 612
	2013	7	2	11	0	144	4 757
Continente	2012	0	2	16	0	56	2 518
	2013	6	2	11	0	130	4 265
Norte		0	0	0	0	99	3 384
Centro		5	2	11	0	16	434
Lisboa		1	0	0	0	8	267
Alentejo		0	0	0	0	1	10
Algarve		0	0	0	0	6	170
Açores	2012	0	1	43	0	3	94
	2013	1	0	0	0	14	492
Madeira	2012	0	1	167	0	3	0
	2013	0	0	0	0	0	0

Origem: Mútuas dos Pescadores

**Notas:** maior incidência de acidentes no Norte do País e resultantes de naufrágios.

Em 2013 registaram-se 12 mortes – 5 durante a faina e 7 resultaram de naufrágio. Mais onze vítimas mortais do que em 2012. O número de feridos foi ligeiramente inferior ao registado em 2012, menos 28, assim como os dias de incapacidade.

Fonte: tabela retirada do estudo “O Papel das Mulheres na Pesca”, realizado por MacAlister Elliott and Partners Ltd (MEP), estudo encomendado pela Direção Geral Pescas CE, 2003

PORTUGAL	Nº mulheres	Nº homens	Total	% mulheres	% homens
Total das pescas	8666	35680	44378	19,53%	80,40%
Total da pesca	490	26862	27352	1,79%	98,21%
Aquicultura	42	123	165	25,45%	74,55%
Total da transformação	4668	1626	6294	74,17%	25,83%
Comércio	2208	2872	5080	43,46%	56,54%
Administração e gestão	255	278	533	47,84%	52,16%
Instituições de investigação do Estado	183	107	290	63,10%	36,90%
Instituições de formação	122	102	224	54,46%	45,54%
Organizações de produtores	55	210	265	20,75%	79,25%